

O CICLO DO MUAR.

O ciclo do luar nasceu com o ouro, na madrugada do século XVII e depois de uma vigência de mais de século e meio, morreu em 1875 mais ou menos, com o advento da ferrovia (1).

Durante esse período de tempo longuíssimo que empresta ao ciclo do luar o segundo lugar dentre as grandes épocas econômicas brasileiras, só cedendo em duração ao açúcar, tiveram lugar as quadras econômicas do ouro, e da Baixada Fluminense, a do açúcar paulista e finalmente a do café, de cujo início, durante meio século, o seu comércio foi realizado pelo luar. De fato, logo que o ouro foi chamariz rutilante, que atraindo para as Gerais as grandes massas emigradas de Portugal, do Nordeste e da Paulistânia, o luar foi chamado a desempenhar importantíssima função, suprimindo os transportes, durante um longo século, não só para as Gerais, mas ainda para Goiás, Mato Grosso e para a Bahia. Sem o luar não teria sido possível o século do ouro. Depois, com o fim desse ciclo, o açúcar paulista precisava de transportar, não só a produção, mas ainda o que ela importava de alhures. Foi o luar o transportador.

(1). — Passou por Sorocaba, pelas suas famosas feiras, um número formidável e inimaginável de muares, atestando a importância fora do comum desse ciclo que esteve relegado, como subsidiário, aos ciclos do ouro durante o setecentismo, e ao do café, durante o oitocentismo.

O ciclo do luar nasceu com a abertura da estrada do Rio Grande do Sul a São Paulo, em 1724 e terminou em 1875, mais ou menos, com o advento da ferrovia.

A estatística abaixo registra o número possível de muares que passaram por Sorocaba.

RESUMO ESTATÍSTICO (apud Aluysio de Almeida. Feira de Sorocaba, trabalho inédito, com números obtidos mediante documentos consultados).

Em 1724, 1725, 1726, provavelmente passaram 1.000 cavalos por ano.
De 1731 a 1750, provavelmente passaram mais de 2.000 muares por ano.
De 1750 a 1780, provavelmente passaram mais de 5.000 muares por ano.
De 1780 a 1800, provavelmente passaram mais de 10.000 muares por ano.
De 1800 a 1826, provavelmente passaram mais de 20.000 muares por ano.
De 1826 a 1845, provavelmente passaram mais de 30.000 muares por ano.
De 1845 a 1855, provavelmente passaram mais de 50.000 muares por ano.
De 1855 a 1860, provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano.
De 1875 a 1900, provavelmente passaram mais de 20.000, 15.000, 10.000, 5.000 muares por ano.

Sem o luar não teria sido possível a vida econômica no Planalto, de 1750 a 1850. Era o luar que transportava todo o abastecimento das Gerais pelo "Caminho novo" e pelo "caminho velho", bem como pelo de Jaguarí-Atibaia e todo o comércio de Goiás e de Mato Grosso além do comércio do Planalto era possibilitado por esta modalidade de transporte.

O mesmo se poderá dizer da Baixada Fluminense que abastecia principalmente de açúcar a maior parte da zona do ouro. Depois do declínio deste ciclo, a Baixada Fluminense vendia os seus produtos para a zona fluminense do Vale do Paraíba e para a região do Prata onde estavam localizadas as colônias hispano-americanas de Buenos Aires, Montevideu, Paraguai, etc.

Era ainda o luar o elemento insubstituível para carregar sacas de café, tanto na exportação desse produto, como na importação acarretada pelas vendas.

O emprego do luar nesse intercâmbio só teve termo com o advento da ferrovia que aos poucos eliminou o velho transportador, o qual resistiu mesmo à rodovia, como a "União e Indústria" que empregava o cavalo, mais rápido do que o luar.

Assim, em 1875 mais ou menos, a ferrovia estendendo-se por todos os quadrantes, eliminava o caro e enferrujado luar. Caro, porque o transporte pelo luar excedia 35 a 40 vezes o transporte ferroviário atual. Assim para que o preço de um produto não ficasse muito onerado, fazia com que a distância do transporte fosse decisiva em qualquer concorrência.

Naturalmente, esse fenômeno de origem, grandeza, declínio do luar, teve causas e projetou conseqüências. E' o que vamos ver.

*
* *
*

Todo fenômeno histórico tem que ser estudado pelas suas causas e conseqüências, depois de dissecado nos seus fatos constitutivos que formam as suas características.

As causas determinantes do ciclo do luar estão encerradas na equação que estabeleci em tese, para ser aplicada em cada hipótese.

$$\text{Assim: } P = E + M + C + t + c$$

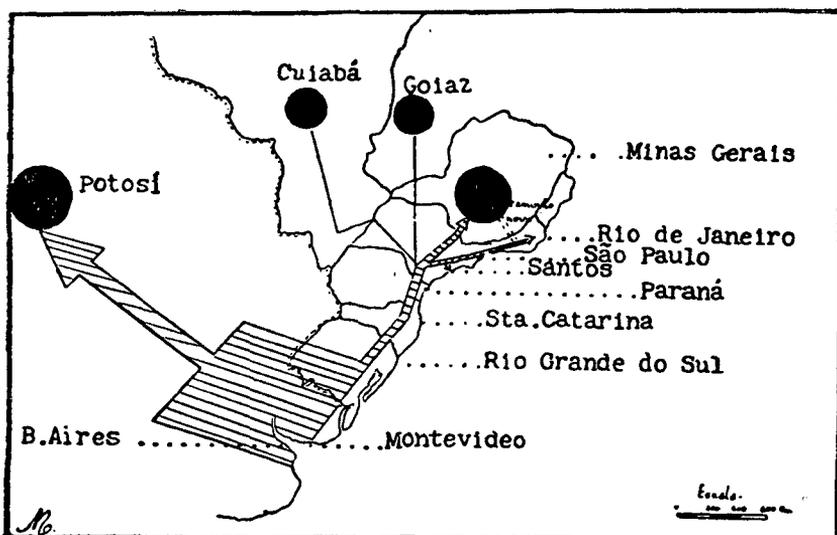
(P = produção. E = ecologia. C = capital. M = mão de obra. t = transporte. c = consumo).

O último termo desta equação, o consumo, determina a necessidade imperativa da produção. De fato, se não

houvesse o luar transportador, não poderia ter havido as Gerais com a sua população de várias centenas de milhares de consumidores, dotados de não pequeno poder aquisitivo. O que seria a Baixada Fluminense, o açúcar paulista, o café do Vale do Paraíba ou do Oeste paulista, se não fôsse o luar? Os estudiosos do passado brasileiro não têm tido olhos para isto, têm se limitado apenas à parte superficial da crônica política, abandonando as causas profundas de evidente função causal.

Os demais termos da equação supra não são determinantes como o consumo e, sim, possibilitadores; assim, o termo E, ecologia, necessitava ser favorável de certa maneira, possibilitando a criação do gado luar. Sòmente nas regiões do Baixo Paraná e do Prata, poder-se-iam encontrar descampados próprios, em grandes extensões planas, para aí ser localizada a grande produção de muares, imperativamente requerida pela economia brasileira.

De fato, a criação de imensos rebanhos de gado se fazia nos descampados platinos, ou no Baixo Paraná, ou ainda no Uruguai, constituindo a fonte de renda das não pequenas populações hispano-americanas dessas regiões, proporcionando-lhes o poder aquisitivo e o nível de vida. Sem que essa mercadoria fôsse produzida, vendida e consumida, não haveria nenhum núcleo de colonização hispano-



Esquema da Produção, do Transporte e do Consumo do Luar no século XVIII. Relação entre o Luar e a prata de Potosí, o ouro das Gerais, Goiás e Cuiabá. Esquema n.º 1.

americana, no Baixo Paraná, no Prata, ou no Uruguai. Isto quer dizer que se não fôsse o ouro brasileiro, não teríamos o Vice-reinado do Prata, com Buenos Aires, Uruguai, Entre Rios, Corrientes, Paraguai, etc. Foi a venda do muar que constituiu a grande fonte de renda para essa imensa região.

A afirmação poderá parecer audaciosa, mas a evidência é tão patente que ninguém de boa fé pode contestá-la.

Sim, porque todo e qualquer ente humano para viver tem que possuir uma fonte de renda qualquer, que lhe permita um poder aquisitivo e um nível de vida maior ou menor.

A não ser o muar, qual poderia ter sido o fator da vida em civilização dos núcleos coloniais hispano-americanos do Vice-reinado do Prata? Eis a férrea evidência do meu raciocínio e da minha conclusão.

Mesmo antes do grande ciclo do ouro brasileiro, o muar platino já era uma fonte de renda segura para os núcleos coloniais do Baixo Paraná, pois a mineração andina da prata exigia transportes, principalmente para o abastecimento das dezenas de núcleos coloniais hispano-americanos que viviam da extração do argênteo metal. A mineração andina teria proporcionado o apogeu do ciclo do muar platino.

Aconteceu que, quando as minas hispano-americanas declinaram, o ciclo do muar platino devendo desaparecer com elas, encontrou outra fonte de consumo no ciclo do ouro brasileiro, que foi para a economia platina, então em declínio, uma injeção de sangue novo ou uma transfusão sangüínea.

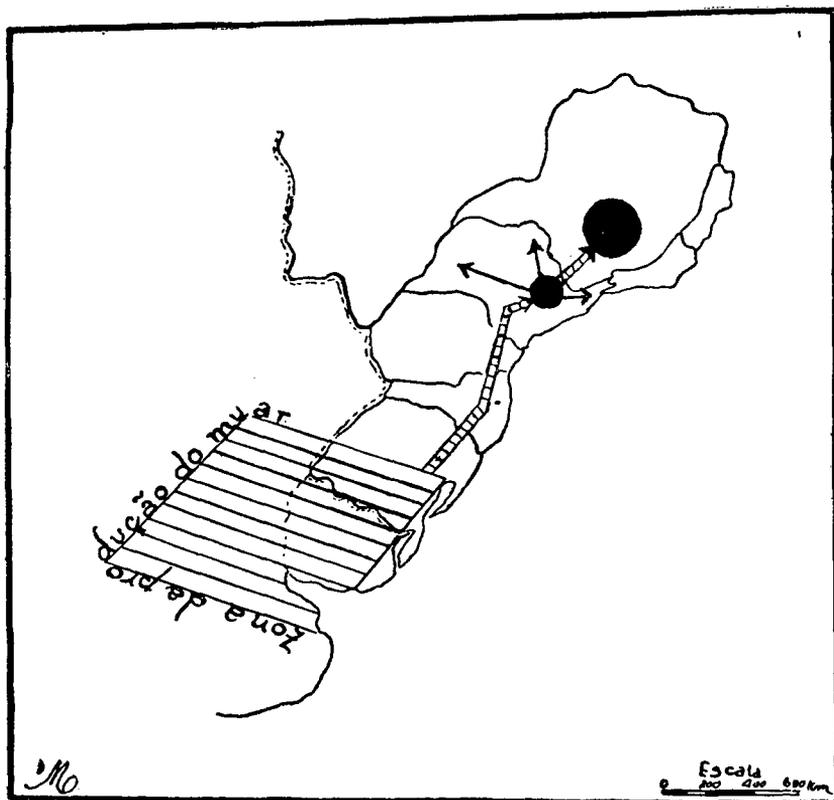
O ouro foi o consumidor forçado do muar sulino.

Depois, com o fim do ouro, o açúcar planaltino, a Baixada Fluminense e depois de tudo isso o café, foram os grandes alimentadores do ciclo econômico do muar, o qual teve grande vigência até o terceiro quartel do século XIX.

Talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo tenha sido a rota de maior importância na História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o do café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo.

O termo M, isto é, mão de obra, para a produção do muar, não teria sido grande, pois a atividade pastoril não requer grande número de indivíduos. Sabe-se que o pastoreio não exige muita mão de obra. A imigração vinda da Espanha e a mestiçagem com o índio regional, fizeram a população que se agauchou na vida pastoril determinada pelo meio físico e pelo cavalo.

O pastoreio e a criação do muar também não exigiam grandes capitais, em relação ao grande volume inicial requerido por qualquer ramo de agricultura. Os próprios mineradores interessados no fornecimento de muares, teriam iniciado o empate dos parques capitais aos criadores, que depois, graças ao fluxo contínuo de tropas para as regiões auríferas ter-se-iam apumado no concernerente aos capitais.

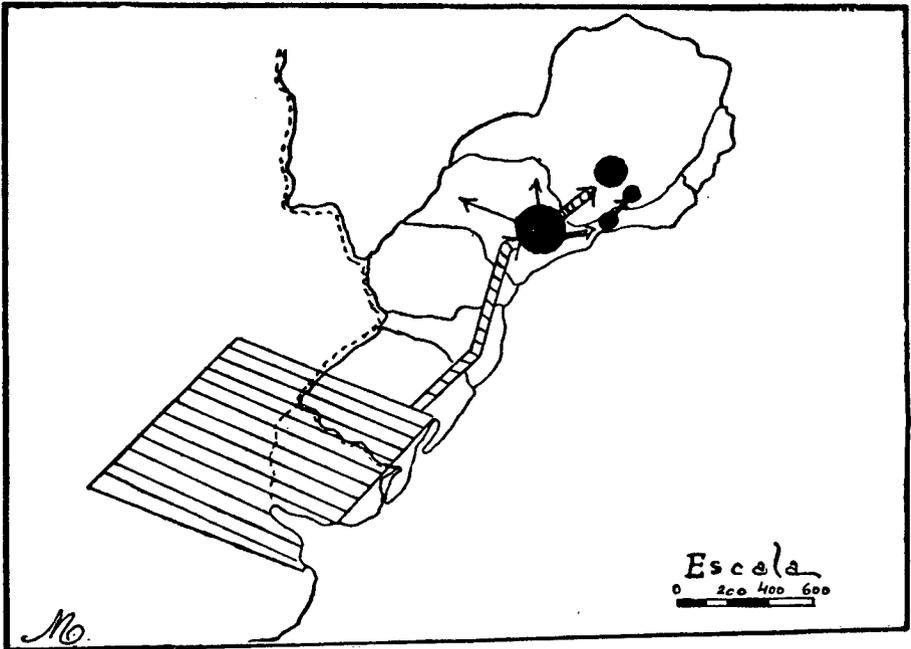


Esquema da relação entre o açúcar paulista e o muar. Esquema n.º 2.

Quanto ao transporte, outro termo da equação que possibilita a produção, seria fácil uma vez que o produto se transportava e para demandar a região de seu emprêgo e do seu consumo, não necessitava de outra coisa senão tomar o caminho de São Paulo.

*
* * *

Os pastoreio, a criação de muares, com o intercâmbio dos mesmos para as regiões do ouro, do açúcar da Baixada Fluminense, do açúcar paulista e do café, até 1875, mais ou menos, já tem sido descrito nas suas minúcias cronológicas, por muitos intelectuais que abordaram o assunto, analisando-o exaustivamente, de que se faz inútil a reprodução de notícias já fartamente sabidas. Não gosto de copiar o já conhecido! Poderei repetir em demasia mas só o faço de conceitos meus, para o fim de serem mais concretizados no intelecto do estudante.



Relação entre o Café e o Muar — Esquema n.º 3.

Esse fenômeno que eu chamo “Ciclo do Muar”, apesar de tão fartamente apreciado nas suas características, principalmente cronológicas, ainda não foi estudado nas conseqüências que projetou na vida brasileira, especialmente na evolução política do Brasil.

Assim, devemos mencionar entre as conseqüências do ciclo do muar:

a) o povoamento e a evolução política, social e econômica dos núcleos coloniais hispano-americanos, entre os quais Buenos Aires, Montevideú, Entre Rios, Corrientes, Paraguai, etc., todos pertencentes ao Vice-reinado do Prata.

Os núcleos coloniais mais distantes, como os da Bolívia, ou Alto Perú, de Mendoza, e de Santa Fé, de Córdoba, ou do Chile, tinham outras coisas a impulsioná-los, mas mesmo assim, teriam recebido alguma influência, ainda que pequena, do ciclo brasileiro do luar.

b) a política externa brasileira no Prata, desde as lutas setecentistas em torno da Colônia do Sacramento e da Cisplatina, até as árduas campanhas contra Lavalleja, Alvear, Artigas, Oribe, Aguirre, Rivera, Rosas, Lopez e outros, já em pleno século XIX.

Quer me parecer que a correlação de causa e efeito dessas duas conseqüências com o “ciclo do luar”, estão de tal modo evidentes, que não se fazem precisos mais comentários. Não obstante essa clareza, ainda há quem busque outros motivos para as intervenções brasileiras, nas quais se procuram pseudos imperialismos dos nossos políticos. Parece-me que essa questão de imperialismo é inteiramente secundária. Deveríamos primeiramente definir o que é imperialismo. Que o motivo básico das nossas intervenções no Prata foi econômico, não se me afigura contestável.

c) a política interna brasileira no Rio Grande do Sul, principalmente a guerra Farroupilha com a tentativa de separação dessa província e a fundação da República de Piratinin. O enriquecimento dessa região pelo “ciclo do luar”, teria dado à parte sulina da organização imperial, um péso e um volume desproporcionais às outras partes centrais, anemizadas pelo declínio do ouro das Gerais e do açúcar nordestino. A força centrífuga atuando com mais intensidade na periferia avolumada, teria materializado a tendência de projetar para fora essa parte de volume desproporcionado, como se vê pelas estatísticas abaixo (2).

d) a possibilitação dos “ciclos econômicos” do ouro, do açúcar paulista e da Baixada Fluminense, bem como do café. Sim, porque, sem o luar platino ou gaúcho, não teríamos tido esses motins econômicos, isto é, não teríamos tido toda a economia central brasileira, e não teria sido possível o Brasil. A afirmação poderá parecer audaciosa, mas é de evidente clareza, dispensando qualquer espécie de prova. De fato, como o Brasil poderia ter realizado o seu intercâmbio, sem o transporte pelo luar? Sem exportar as riquezas de seus centros auríferos, açucareiros e cafeeiros, sem importar o necessário para as suas populações interiores, o Brasil não teria podido viver.

Outras conseqüências menores igualmente se fizeram sentir, dando ao “ciclo do luar” uma importância não pe-

quena. Este teve, na extração do ouro, na produção da Baixada Fluminense, no açúcar paulista, no café brasileiro, em geral, a mesma função básica que o apresamento seiscentista teve, em relação à produção do açúcar nordestino. E por isto eu acho que a importância do “ciclo do luar” não é menor que a do apresamento.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR

Professor catedrático de História da
Civilização Brasileira (U. S. P.).

(2). — Nota 2.

RENDAS PROVINCIAIS EM 1834

Rio de Janeiro	5.435	contos	de	réis
Bahia	2.396	”	”	”
Pernambuco	1.490	”	”	”
Minas Gerais	746	”	”	”
Rio Grande do Sul	600	”	”	”
Maranhão	585	”	”	”
Pará	262	”	”	”
São Paulo	261	”	”	”
Sergipe	186	”	”	”
Alagoas	139	”	”	”
Paraíba	137	”	”	”
Ceará	122	”	”	”
Mato Grosso	110	”	”	”
Espírito Santo	79	”	”	”
Santa Catarina	57	”	”	”
Rio Grande do Norte	29	”	”	”
Goiás	29	”	”	”
Piauí	27	”	”	”

ORÇAMENTO NACIONAL — DESPESAS

	1856	1859
Município Neutro	482	482
Rio de Janeiro	2.106	2.621
São Paulo	653	1.160
Minas Gerais	687	930
Espírito Santo	75	78
Bahia	1.067	1.401
Pernambuco	1.011	1.011
Rio Grande do Sul	789	1.023
Pará	777	777
Maranhão	370	476
Alagoas	331	316
Sergipe	246	271
Paraná	166	166
Rio Grande do Norte	75	80
Paraíba	264	375
Santa Catarina	196	288
Piauí	193	193
Amazonas	50	50
Mato Grosso	53	53
Goiás	50	74
Santa Catarina	198	288
Amazonas	50	50
Mato Grosso	53	53

RECEITAS PROVINCIAIS ORÇADAS PARA 1856

	Receita Provincial	Receita Municipal	TOTAL
Município do Rio de Janeiro	—	482:665\$000	482:664\$000
Rio de Janeiro	1.845:676\$000	261:129\$381	2.106:805\$381
Bahia	980:176\$178	87:606\$567	1.067:782\$745
Pernambuco	895:783\$999	115:511\$012	1.011:295\$011
São Pedro	687:164\$000	101:891\$100	789:055\$100
Maranhão	319:465\$000	50:537\$881	370:002\$881
São Paulo	547:808\$100	105:791\$814	653:599\$914
Minas Gerais	598:523\$333	88:925\$790	687:449\$123
Pará	670:000\$000	107:217\$676	777:217\$676
Alagoas	331:497\$000	15:070\$046	346:567\$046
Ceará	195:804\$000	28:736\$374	224:540\$374
Paraíba	150\$000\$000	16:521\$000	166:521\$000
Sergipe	246:049\$143	29:271\$018	275:320\$164
Goiás	54:699\$983	4:560\$463	59:260\$446
Mato Grosso	43:992\$913	9:170\$745	53:163\$658
Espírito Santo	67:120\$160	7:974\$000	75:091\$160
Rio Grande do Norte	75:788\$000	5:069\$447	80:857\$447
Piauí	177:581\$116	15:772\$298	193:353\$414
Santa Catarina	171:054\$000	25:861\$000	196:915\$000
Amazonas	41:055\$000	9:165\$000	50:220\$000
Pará	229:792\$000	34:404\$685	264:196\$685
	8.329:029\$925	1.602:848\$297	9.931:878\$222